



DIA A DIA

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242 0673 - 2231 2281

SEJA
SÓCIO
VOCÊ
TAMBÉM

Ano XIV nº 3796 – 18 de janeiro 2010

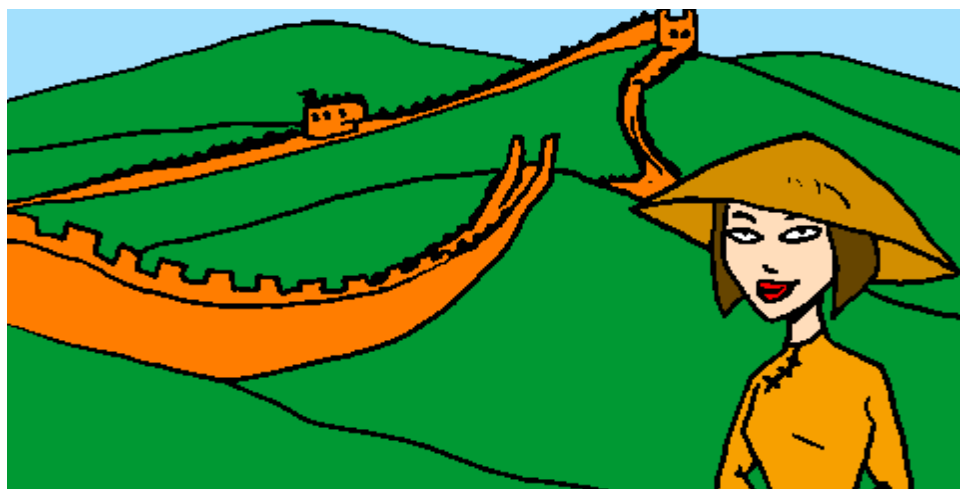


Santander quer ir para a China

O Santander planeja firmar sociedade com o China Construction Bank (CCB), num primeiro passo cauteloso rumo ao preenchimento da lacuna asiática na sua rede de varejo global. Fontes internas do setor bancário na Espanha e na China disseram que o banco se concentrará no sistema bancário rural e no financiamento de automóveis.

Ao contrário dos seus rivais ocidentais, os bancos espanhóis de maior porte têm sobrevivido à crise financeira com saúde relativamente boa e estão ansiosos para se expandir para fora da Espanha na esteira do colapso da bolha imobiliária no país.

Não está claro o quanto será rentável o sistema bancário rural chinês. Pequim tem incentivado bancos nacionais e estrangeiros a estender serviços às vastas zonas remotas, onde milhões de cidadãos



não têm nenhum acesso a serviços financeiros.

Entre os bancos estrangeiros até o momento, HSBC, Standard Chartered e Citibank atenderam o chamado de estabelecer operações rurais. A expansão, no entanto, tem sido muito lenta e alguns analistas sugerem que esses bancos abram agências rurais, em grande parte,

para agradecer Pequim.

A intenção do governo chinês é que os cidadãos que morem nas áreas rurais sejam atendidos pelos grandes bancos comerciais no lugar das centenas de cooperativas de crédito mal administradas e subcapitalizadas que atualmente operam como bancos locais nessas regiões chinesas.

ENQUETE

O Sindicato realiza uma pesquisa para saber o interesse dos bancários em participar de um curso sobre a ANBID. Para participar, basta acessar a nossa página na Internet e responder a enquete. Dê sua opinião.



União demite mais de 2 mil por corrupção



O governo Federal demitiu mais de dois mil servidores públicos por corrupção em seis anos, segundo a Controladoria-Geral da União (CGU). Os principais motivos foram: utilização do cargo para obter vantagens, improbidade e recebimento de propina.

Além de 2.069 demissões, outros 184 foram destituídos de cargos em comissão e 145 tiveram suas aposentadorias cassadas.